



CÂMARA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Ata nº 34/2023

Sessão Ordinária nº 34/2023

TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA (2023).

Aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro do ano em curso, às 18h, no paço Legislativo Adarias Lopes de Souza, realizou-se a presente Sessão Ordinária, sob a presidência do vereador Manoel de Freitas Viana, secretariada pelo vereador Isaías Xavier de Aguiar, com a presença dos parlamentares adiante nomeados: Marta Maria Maciel Mendonça Gomes, Francisco Lopes de Sousa Júnior, Cleto Alves Francelino, Caio Vinícius Santana Saraiva, Antônio Adriano Araújo de Queiroz, Félix Sérgio Araújo, Joel da Silva Morais, Maria de Nazaré Alves Borges e Pedro Gonçalves de Queiroz. Ato contínuo, o presidente inicia a sessão saudando a todos e convida pra juntos, fazer a oração do Pai Nosso, em intenção ao aniversário do ver. Félix Araújo; e este agradece a homenagem e já oferece a oração pela recuperação da saúde do senhor Emílio Cunha, ex-secretário de obras, que se encontra internado em Aracoiaba; e a vereadora Marta dedica a oração pelo falecimento de sua amiga Germana Laurentina dos Santos, falecida recentemente. Em seguida, o presidente solicita ao 1º Secretário, Isaías Xavier de Aguiar, que autorize a leitura da ata da Sessão anterior, que após a sua leitura e apreciação, tem aprovação unânime. Com os trabalhos conduzidos pelo 1º secretário, de acordo com o artigo 44 da Lei Orgânica municipal é iniciado o **PRIMEIRO EXPEDIENTE**, constando a leitura das seguintes matérias: **Ofício nº 250/2023, da Secretaria da Saúde, convidando a todos a se fazerem presentes para a realização de Audiência Pública para apresentação/apresentação do 2º Relatório Quadrimestral de Gestão da saúde do Município de Capistrano (maio a agosto) 2023. Ofício nº 007/2023, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, tratando sobre a mudança da data da Sessão de apresentação dos Candidatos habilitados para a Eleição do Conselho Tutelar de Capistrano; Ofício nº 015/2023, da Associação ACALME-CE, solicitando uma Moção/Manifestação**

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Manoel de Freitas Viana, Isaías Xavier de Aguiar, and others.]





formal de apoio por parte da Mesa da Presidência da Câmara, submetida à subscrição dos demais excelentíssimos senhores e senhoras vereadores de Capistrano. Pareceres de nºs 035 e 015/2023, das comissões de Constituição/Justiça e Finanças e Tributação, ambos tratando de forma desfavorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 24/2023, do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre a regulamentação da Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal visando o cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, o qual instituiu o Piso salarial Nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira". Ato contínuo, o presidente inicia o **SEGUNDO EXPEDIENTE** permitindo a fala aos vereadores. Com a palavra, o vereador Isaías Xavier saúda a todos e comenta da realização de uma missa, às margens do açude do Boqueirão, em festejo aos 50 anos daquela comunidade, destacando a luta da população local pela posse daquelas terras; parabenizando a todos os envolvidos nesta luta e pela organização da missa. Em seguida, o ver. del. Joel Morais cumprimenta a todos e diz que, a pedido de populares da comunidade do Riacho do Padre, foi ao SISAR (sistema Integrado de Saneamento Rural), em Quixadá, levando amostra da água das torneiras, que evidencia ser inservível ao consumo. Ao conversar com o técnico, senhor David França, este, de imediato, realizou um teste, quando foi comprovada a impropriedade da água para o consumo. E foi proposta a extração da água potável da barragem do Pesqueirão; ficando certo de estabelecer o contato com a CAGECE, assim como a limpeza do poço e a recolocação do cloro na caixa d'água do Riacho do Padre. Destaca ainda que, a pedido da comunidade de cajazeiras, volta a pedir da reforma da estrada que dá acesso à mesma. O presidente ressalta que o SISAR tem parceria com a CAGECE; logo, pode ter acesso à água da própria empresa. Depois, o ver. Cleto saúda a todos e destaca a realização de um terço, na comunidade de Bananeiras, como ponta pé inicial de uma partida de futebol; onde foram muito bem acolhidos e receberam alguns pedidos da mesma, e que logo serão atendidos. O presidente lembra que o ato citado pelo ver. Cleto foi como homenagem ao saudoso Zezemar, líder daquela comunidade, e que muito gostava de esportes. Continuando, a vereadora Marta Mendonça após seus cumprimentos, agradece ao secretário de Agricultura, Miguel Cristóvão juntamente com o representante do Projeto São José pela visita à sua comunidade; e,





graças a Deus, o referido projeto tá avançando. Agradece ainda ao presidente deste legislativo, Manoel Freitas, que também esteve presente ao ato. O presidente reitera do evento, destacando que no Projeto inclui a aquisição de uma mini fábrica de agroindústria para beneficiar a região; e, à tarde, foi à vez da serra dos Cajuás, que pleiteia o chamado galpão para as verduras, no intuito de melhorias para o mercado, e renda ao trabalhador. Prosseguindo com a presente Sessão, regimentalmente, o presidente passa à **ORDEM DO DIA, lembrando aos colegas vereadores do convite pra Audiência Pública para apresentação do 2º Relatório Quadrimestral de Gestão da saúde, no dia 29 próximo, no horário matutino. E da apresentação dos candidatos a conselheiros tutelares, que acontecerá dia 20 do mês em curso, às 09h da manhã. Fala sobre o ofício nº 015/2023, da ACALME-CE, com a solicitação de uma Moção/Manifestação formal de apoio por parte desta Casa, submetida à subscrição dos demais vereadores (as); o presidente convida a ambos a visitar a dita associação, a fim de conhecer e fortalecer o tão importante trabalho desta instituição. No ato, todos os edis concordam com a Moção, assegurando que irão assinar a mesma. O ver. Joel Moraes Ressalta da seriedade e da legalidade da entidade, que tem o aval da promotoria pública e de profissionais da medicina. Os vers. Cleto, Isaías e Marta reforçam a fala do colega, ante os depoimentos de diversos pacientes assistidos pela instituição. O presidente declara aprovada por unanimidade a Moção de apoio para a associação ACALME-CE. Em seguida, leva a discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 24/2023, do Poder Executivo Municipal, supracitado, enfatizando a reprovação do mesmo pelas comissões competentes, através de seus pareceres acima apresentados, mas, o PLO irá passar pelo plenário, para votação. Nesse instante, o ver. del. Joel Moraes sugere que o presidente do SINDCAP, Amauri Freire, juntamente com o assessor jurídico da mesma instituição, Dr. Pedro Cavalcante, ambos inscritos na tribuna, anteriormente, possam, em tempo hábil e como bom senso, fazer suas explanações antes da votação do citado PLO. O presidente afirma que o SINDCAP foi notificado pelas comissões, e que o mesmo enviou parecer semelhante ao das comissões; assim, após a votação, os mesmos terão o espaço para as suas falas. E passa a palavra ao ver. Cleto Alves para que ele fale**





sobre o mesmo. Ele diz de forma breve, que irá acompanhar a decisão dos pareceres. O ver. Félix afirma que o PLO em debate deveria ter vindo com antecedência, com maior espaço para discussão; tece elogio a casa, ante a abertura dada ao debate, mas que o intuito era que o mesmo não fosse votado hoje, mas ter sido devolvido para as correções devidas. O ver. Vinícius saraiva saúda a todos e explica sobre o seu voto, alegando ter perguntado a alguns representantes da categoria sobre como gostariam que fosse votado, diante do fato de serem os maiores interessados; e o Amauri afirmou que, aprovando aqui ou não, irão receber; assim, esclarece para não vir jogar pedras nos vereadores, pois estão a fazer de modo como foi pedido, principalmente pelo Amauri. Quem irá se prejudicar são os servidores; logo, caso dê errado, a culpa será da categoria e do próprio Amauri. O ver. Cleto fortalece o que disse o ver. Vinícius. O ver. del. Joel Moraes ressalta ser um momento singular, crucial, diante da deliberação de matéria tão importante; E transmite os cuidados e preocupação para com a causa, pois, no seu entendimento, esse PLO não representa, a bem da verdade, a criação de um piso salarial, mas apenas uma espécie de complementação financeira; E, em reunião da CCJ foi visto que o PLO, na forma que veio, não guarda razões de legalidade nem de constitucionalidade. Pois o mesmo não altera os vencimentos. Assim, caso venha ser aprovado hoje, será uma questão imediatista, mas essa aprovação não incidirá para aposentadoria, por exemplo. E o seu pensamento é que esse PLO não possa ser aprovado. Mas que o mesmo seja adequado, regulamentando-se um piso nacional. O ver. Isaías diz da democracia nas reuniões das comissões, pois recebeu representação diversa e foi acordado por todos. Logo, ele não levará essa culpa. A ver. Marta diz da necessidade de respeito à categoria; o ver. Félix reforça a fala do colega Joel, especialmente quanto à adequação do PLO. Dando continuidade, o presidente leva à votação o Projeto de Lei Ordinária nº 24/2023, do Poder Executivo Municipal, que foi **desaprovado por unanimidade**. Logo após, a palavra é permitida ao senhor Amauri Freire, presidente do SINDCAP, que veio falar sobre o Piso da Enfermagem; ao saudar a todos, diz não se preocupar nenhum pouco com a presença da mentira; mas sim com a ausência da verdade; e, voltando-se ao ver. Vinícius, diz ser muito cômodo para o mesmo





tentar responsabilizá-lo pelo que vier a dar errado ante o pagamento da categoria supra-apresentado; e que o mesmo deveria repassar essa peteca para a mão do prefeito, que só veio enviar o citado PLO ao apagar das luzes, apesar do vasto tempo que houve para tanto. E que ele não tem medo de carregar essa culpa, desde que seja para o bem dos servidores. Aparteando-o, o ver. Vinícius afirma que foi o próprio Amauri quem puxou a culpa para si, lá na sala de reunião, e que ambos os vereadores estão de prova. Retomando a fala, o Amauri assegura que o que foi discutido lá dentro não foi sobre a extinção do PLO, mas que, da forma que está, o mesmo não seja aprovado, pois, desse modo, os servidores não terão direito ao piso. E, no mais, não foi dito só por ele, mas, pelas assessorias do Sindicato, do Legislativo e do SindSaúde. E que, quando foi questionado sobre se não viesse a tempo, ele respondeu que teria que pagar de um jeito ou de outro, pois estarão em risco as contas de gestão do prefeito. Mas, ainda assim, não tira a responsabilidade de amanhã o gestor mandar um novo PL revogando o atual e convocando aos vereadores para uma reunião extraordinária. E que ao invés de culpá-lo, deveria ser dito ao prefeito que ele mande um PL adequando o piso da enfermagem; mas isso não vai acontecer, pois é mais fácil bater de frente com o presidente do sindicato. O ver. Vinícius diz não ser fantoche. O senhor Amauri então, manda recado direto ao prefeito, afirmando que, caso ele não mande um PL readequando o piso da enfermagem, a responsabilidade será toda dele, que é o gestor. No ensejo, o ver. Cleto ressalta que, nem mesmo o Ministério da Saúde garante o Piso; e que tem diversos municípios que aceitaram o acordo. O Amauri agradece pela oportunidade, pede consciência da parte do gestor, ante a relevância do trabalho da categoria. O ver. del. Joel esclarece da previsão regimental sobre matéria que foi reprovada no âmbito de uma legislação, e que pode voltar a ser votada, desde que, com o aprova da maioria absoluta dos membros. E que o poder legislativo está à disposição para uma extraordinária; parabeniza a todos os colegas vereadores que, por unanimidade, posicionaram-se em favor do povo; e, caso tenham errado, acredita que ambos possam ser perdoados pelo chamado "Mundão de meu Deus"! O ver. Félix reitera o que foi dito pelo colega Joel. Logo após, a fala é permitida ao Dr. Pedro Cavalcante, assessor do Sindcap, que ao saudar a todos, ressalta que todos nós estamos juntos nesta causa; e compara a situação a um jogo de futebol, quando o piso é o gol; assim, o prefeito cabeceou a bola pra cá; e, ao desaprovar o PLO, cabeceamos a bola de volta pra ele, dizendo



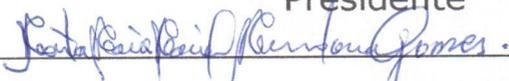


que, desse jeito, o gol será contra. E que seja assim corrigido para que o gol seja favorável, pois a pauta é a garantia do piso da enfermagem. Diz da compreensão da inconstitucionalidade da matéria; e que não houve consenso entre patrões e empregados, mas que, na verdade, está sendo tentado empurrar de goela abaixo. O ver. Cleto indaga ao Dr. Pedro sobre como tem se comportado os demais municípios os quais são assessorados por ele. Respondendo-o, ele afirma, a exemplo de Caucaia, que já foi adequado, que alguns são semelhantes ao de Baturité e que os demais estão a dormir em berço esplêndido, sem se preocupar com a situação. Entendendo-se que não há impacto no pagamento, até pela forma como está sendo proposta, que dispensa a regulamentação; pois estão a fazer uma espécie de rateio. E que o STF diz da aplicação do piso na forma proporcional, mas o mesmo não autorizou, com essa ação, que fosse feito rateio. Mas que fosse aplicado o piso na proporção que fosse chegando. Logo, o vencimento base deve sim ser alterado, algo que não consta no PLO em debate, há pouco. Assim, o mesmo não tratou do Piso; mas sim da regulamentação de distribuição de recursos. E pergunta da transparência sobre quando foi dito que a complementação dos recursos vindos para o município não é suficiente, somada ao que já se gastava com esses profissionais? Cadê as demonstrações, comparando a situação ao caso dos precatórios do FUNDEF, que permanece em debate jurídico para liberação desses recursos. Finaliza dizendo que, se for pra pagar do jeito que aqui está, nem precisa de lei. E que a pressa pelo pagamento deve ser muito maior da parte da gestão, pois é quem irá prestar contas desses recursos. Ressalta que os vereadores foram precavidos e pouparam o prefeito e a secretária de saúde no julgamento de suas contas, legislando corretamente. Prosseguindo, o presidente verificando que nada mais havia a tratar, declara encerrada a presente Sessão Ordinária; antes, marcando a próxima para quarta-feira, dia 27 de setembro de 2023, enfatizando que a mesma será para tratar da votação das Contas de Governos de Capistrano, referentes ao exercício de 2019. E cantam os "Parabéns" para o aniversariante do dia, o ver. Félix Araújo, que agradece a todos.



Manoel de Freitas Viana

Presidente



Santa Ceia de Oliveira Gomes





CÂMARA MUNICIPAL DE
CAPISTRANO

Marta Maria Maciel Mendonça Gomes
1ª Vice-Presidente

Francisco Lopes de Sousa Júnior

Francisco Lopes de Sousa Júnior
2º Vice-Presidente

Isaias Xavier de Aguiar

Isaias Xavier de Aguiar

Cleto Alves Francelino

1º Secretário

Cleto Alves Francelino
2º Secretário

Antônio Adriano Araújo de Queiróz

Antônio Adriano Araújo de Queiróz
Vereador

CAIO VINÍCIUS SANTANA SARAIVA

Caio Vinícius Santana Saraiva
Vereador

Félix Sérgio Araújo

Félix Sérgio Araújo
Vereador

Joel da Silva Moraes

Joel da Silva Moraes
Vereador

Maria de Nazaré Alves Borges

Maria de Nazaré Alves Borges
Vereadora

Pedro Gonçalves de Queiroz

Pedro Gonçalves de Queiroz
Vereador

